

A Heterogeneidade do Crescimento Econômico das Unidades Federativas Brasileiras (2000-2007)

RESUMO

Analisa as fontes de crescimento regional do produto e do emprego nos estados brasileiros no período de 2000 a 2007. Utiliza o método Estrutural-Diferencial e o Estrutural-Diferencial modificado. O primeiro identifica três fatores importantes de crescimento: o componente nacional, o componente estrutural e o componente competitivo; e o segundo método adiciona o efeito alocação. Os resultados mostram que existem acentuadas disparidades de crescimento econômico e do emprego entre os estados brasileiros. Houve, porém, convergência entre as médias de crescimento econômico com a economia nacional, essas diferenças diminuem. Com relação aos fatores de crescimento do produto dos estados, verificou-se uma baixa relação com sua estrutura produtiva, destacando-se então o componente competitivo. Em se tratando do crescimento do emprego formal, tanto o componente estrutural como o competitivo apresentaram resultados positivos, evidenciando que os estados têm criado postos de trabalho tanto em função da dinâmica interna da sua economia quanto da economia nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Regional. Crescimento Regional. Economia Brasileira. Desenvolvimento Regional.

Amarildo Hersen

- Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) / *Campus* de Toledo;
- Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Jandir Ferrera de Lima

- Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC);
- Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) / *Campus* de Toledo;
- Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Gepec).

1 – INTRODUÇÃO

A acentuada abertura ao mercado externo, observada na economia brasileira no início dos anos 1990, bem como a estabilização monetária proporcionada pela implantação do Plano Real em 1994, impactou de maneira diferenciada os estados brasileiros. Ao mesmo tempo que se extinguíram empresas ineficientes em termos competitivos, a abertura econômica e a estabilização estimularam ações para a aproximação aos novos paradigmas técnicos de produção, em termos econômicos. (HADDAD et al., 1999).

Por isso, torna-se importante analisar o crescimento econômico dos estados brasileiros em três dimensões: a espacial, com o objetivo de verificar os efeitos das mudanças no cenário macroeconômico sobre o seu desempenho; a temporal, procurando identificar as correlações entre a ocorrência dos fatos macroeconômicos e o desempenho econômico das regiões; e a setorial para verificar os efeitos das mudanças macroeconômicas sobre os diferentes setores produtivos e, conseqüentemente, sobre o desempenho econômico das regiões.

Sendo assim, pode-se dizer que o desempenho econômico das regiões está associado a três fatores: inserção da economia regional nos mercados nacional e internacional; perfil da composição da estrutura produtiva regional; e existência de vantagens locacionais, as quais conferem uma maior competitividade à região. (FOCHEZATTO; SOUZA; OLIVEIRA, 2005).

Por isso, o objetivo deste artigo é analisar os componentes do crescimento econômico dos estados brasileiros, ou seja, identificar razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente do que outras em um mesmo período, utilizando-se o método Estrutural-Diferencial. A praticidade desse método é que ele facilita a decomposição do crescimento do produto e do emprego dos estados em três componentes: nacional, estrutural e diferencial. Essa análise tem como referência o texto de Fochezatto; Souza e Oliveira (2005), no qual os autores fazem uma abordagem do método Estrutural-Diferencial

para identificar as fontes de crescimento das regiões do Rio Grande do Sul no período de 1990 a 2000. Entretanto, o modelo estrutural-diferencial apresenta algumas deficiências na sua formação original. Essas limitações dão origem ao método estrutural-diferencial modificado, também utilizado nesse artigo, tendo como referência Hadadd et al. (1989), Lamarche; Srinath e Ray (2003) e Ferrera de Lima (2006).

O método Estrutural-Diferencial não é uma teoria explicativa do crescimento regional, mas, sim, um método de análise para identificar os componentes deste crescimento, podendo ser utilizado em projeções das economias regionais. As informações estatísticas de que necessita para sua manipulação não são complexas, o que, por sua vez, demanda apenas uma matriz de informações sobre uma variável básica (emprego, produção, valor adicionado etc.) em dois períodos de tempo, para que seja possível a aplicação para fins descritivos. Esse método identifica as razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente que outras em um mesmo período. Da mesma maneira, verifica se essa *performance* está condicionada ao desempenho da economia nacional, à estrutura produtiva local ou à presença de vantagens locacionais específicas que dão dinamismo para a região.

O artigo está organizado da seguinte maneira: além desta introdução, são apresentados mais cinco tópicos. No item 2, é apresentada a revisão da literatura, com o objetivo de esclarecer e conceituar aspectos relevantes da economia espacial, o que facilitará a compreensão das análises através do método Estrutural-Diferencial e Estrutural-Diferencial modificado. A metodologia do trabalho é abordada no item 3. No item 4, tem-se o produto e o emprego por estado brasileiro, base para os cálculos realizados. No quinto item, evidenciam-se os fatores contribuintes para o crescimento do produto e do emprego, de acordo com o método adotado. A conclusão do trabalho será apresentada no item 6.

2 – OS PROCESSOS REGIONAIS DE CRESCIMENTO

Encontrar as razões que expliquem o porquê de os processos regionais de crescimento diferirem

entre si, ou seja, apresentarem dinâmicas territoriais diferenciadas, não constitui uma tarefa fácil. Pode-se dizer que as questões propostas não possuem uma única resposta e também não podem ser respondidas por uma única ciência, devendo, no mínimo, contemplar aspectos geográficos e socioeconômicos.

De acordo com Santos e Silveira (2001), uma preocupação com o entendimento das diferenciações regionais e com o novo dinamismo das suas relações tem norteado particularmente a busca de uma interpretação geográfica da sociedade brasileira. No entanto, para que se torne possível a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento, alguns conceitos devem ser retomados, tais como: espaço, região, território, dinâmica territorial do desenvolvimento e desenvolvimento local/regional.

Espaço, de acordo com Santos (1994), refere-se a um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os objetos são cada vez mais artificiais (hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas, cidades etc.), dotados de uma mecânica e funcionalidade própria, que acabam por conduzir os interesses hegemônicos internacionais. Já as ações são consideradas racionais, obedecendo a uma racionalidade que corresponde aos fins ou aos meios hegemônicos internacionais, induzidas de fora, estranhas ao lugar, território, região ou país.

Para Santos (1986), o espaço deve ser considerado como um conjunto de formas representativas de relações sociais ao longo do tempo, que se manifestam através de processos e funções. Sendo assim, espaço pode ser considerado um campo de forças cuja aceleração é desigual. Essa é a explicação do porquê de a evolução espacial não ser homogênea em todos os lugares. Nessa mesma linha, Perroux (1982) define espaço econômico como espaço polarizado, heterogêneo, com um campo de forças de relações funcionais. A noção de espaço econômico polarizado lança as bases para uma teoria da polarização. Nessa teoria, o crescimento não surge em todos os lugares ao mesmo tempo. Na realidade, ele se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis. O crescimento se transmite através de diversos canais e com efeitos variáveis para o conjunto da economia.

Segundo Perroux (1977, 1982) e Furtado (2001), o universo econômico é fundamentalmente heterogêneo. Em outras palavras, isso significa dizer que o processo de crescimento e desenvolvimento econômico é desigual, pois surge em alguns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade em outros, toma vigor em determinados lugares, desaparece noutros etc. Nem é nem poderia ser um processo uniforme, pois a constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada parte é obviamente diversa.

Essa concepção foi a base para várias correntes do pensamento econômico, dentre elas: os estruturalistas, os institucionalistas, os kaleckianos, os neoschumpeterianos, entre outros. Para se ter uma ideia do alcance dessa concepção, na teoria econômica neoclássica, o espaço em si não existe, pois os consumidores e as atividades são puntiformes. As regiões e o espaço econômico não têm uma dinâmica própria. Elas são apenas a extensão de um grande mercado, sem influência e representatividade. Até mesmo a ideia dos distritos industriais concebida por Alfred Marshall perde seu valor, porque as aglomerações são elementos passivos ao equilíbrio de mercado. Assim, os efeitos externos devem ser sempre positivos para formar situações suficientes de equilíbrio. (PECQUEUR; COURLET, 1998). A influência de conceitos desenvolvidos por Marshall (1938), como as externalidades, a localização e a estrutura de mercado, possibilitou a introdução do espaço como elemento ativo na análise econômica. Para Ferrera de Lima (2003, 2005), o elemento espaço surgiu como uma crítica da análise neoclássica desenvolvida antes dos estudos de Marshall (1938). Os conceitos de oferta e de demanda adotados pelos neoclássicos não levavam em consideração a localização.

A existência de um universo econômico heterogêneo significa, em última instância, que os mesmos bens podem ser obtidos com graus diversos de dificuldade em diferentes regiões. Em tais condições, transportar bens de um lugar para outro é a forma mais rápida e segura de criar valor. Os recursos acumulados numa comunidade, ao se transformarem em capital comercial, por um lado, escapam aos rendimentos decrescentes e, por outro, tendem a beneficiar o conjunto do universo econômico. Assim,

um universo econômico heterogêneo implica dinâmicas econômicas e competitividades diferenciadas. (HIRSCHMAN, 1996; FURTADO, 2001; SANTOS, 2003).

De acordo com Isard (1972) e Haddad et al. (1999), a competitividade dinâmica de uma região dentro de um sistema de concorrência espacial, particularmente para as atividades que não se vinculam diretamente à sua dotação de recursos naturais, depende de um componente estrutural e de um componente diferencial. O componente estrutural tem como objetivo mostrar que, no processo de desenvolvimento nacional, há alguns ramos de atividade que crescem mais rapidamente que os demais e que os fatores responsáveis por estas diferentes taxas de crescimento setorial nacional são: variações na estrutura da demanda, variações de produtividade, inovações tecnológicas, etc. Como uma região que se especializa nos ramos produtivos mais dinâmicos da economia nacional é a que atinge uma variação estrutural positiva em termos de emprego, produção e renda, então é fundamental que sejam investigadas as aptidões de cada região para a localização de firmas ou estabelecimentos pertencentes a cada um destes ramos.

Entretanto, o desenvolvimento regional não pode ser examinado apenas por este ângulo, pois todos os ramos produtivos apresentam desempenho diferenciado entre as várias regiões da economia nacional. Então, se ocorrerem alterações na superfície locacional de uma economia nacional, uma dada região pode-se desenvolver mais rapidamente do que as outras, desde que consiga atrair uma proporção crescente de atividades ou firmas, ainda que estas pertençam a setores de crescimento lento no âmbito nacional. (ISARD, 1972; HADDAD et al., 1999). Nessa mesma linha, para Krugman (1991), a polarização crescente resulta da interação entre baixos custos de transporte e de relações interindustriais de cooperação e concorrência entre regiões. As regiões de baixo dinamismo possuem custos expressivos de transporte com uma relação de dependência nas atividades de transformação e serviços. Isso faz com que elas tenham um custo maior de produção e distribuição aliado a problemas com retorno de escala. Portanto, custos moderados de produção, associados a retornos de escala e custos de serviços pouco significativos,

geram tendências a concentração geográfica dos agentes econômicos, conseqüentemente, no padrão de localização das atividades produtivas e na dinâmica e organização espacial da economia.

Dentro deste contexto, torna-se, pois, necessário estudar as vantagens locacionais de cada uma das regiões para a atração de setores produtivos de crescimento lento no nível nacional, bem como os fatores explicativos do desempenho favorável destes setores em algumas regiões.

3 – METODOLOGIA DE ANÁLISE

Este estudo utiliza o método Estrutural-Diferencial como ferramenta de análise. A base lógica do método parte de uma constatação empírica bastante simples: o crescimento do emprego é maior em alguns setores do que em outros e em algumas regiões do que em outras. Assim, uma determinada região poderá apresentar um ritmo de crescimento econômico maior do que a média do sistema de regiões, ou porque na sua composição produtiva existe uma preponderância de ramos de atividade produtiva mais dinâmicos, ou porque ela tem participação crescente na distribuição regional do emprego, independentemente, de esta expansão estar ocorrendo em setores dinâmicos ou não. (HADDAD et al., 1989).

Sendo assim, a existência dessas diferenças regionais pode estar associada aos seguintes fatores: variações na estrutura da demanda, variações de produtividade, inovações tecnológicas etc. Como uma região que se especializa naqueles ramos produtivos mais dinâmicos da economia nacional é a que atinge uma variação proporcional positiva em termos de emprego, então, é fundamental que se pesquisem as possibilidades de cada região para a localização de firmas ou estabelecimentos pertencentes a cada um destes setores.

Por outro lado, o crescimento regional não pode ser examinado apenas por este ângulo, pois todos os ramos produtivos apresentam desempenho diferenciado entre as várias regiões da economia nacional. Assim, não é difícil imaginar-se que, tendo ocorrido alterações na superfície locacional de uma economia nacional, uma dada região possa

desenvolver-se mais rapidamente do que outras, desde que consiga atrair uma proporção crescente de atividades ou firmas, ainda que estas pertençam a setores de crescimento lento no nível nacional.

As principais forças que atuam no sentido de provocar estes reajustamentos são, quase sempre, de natureza locacional, tais como: variações nos custos de transporte, estímulos fiscais específicos para determinadas áreas, diferenciais nos preços relativos de insumos entre regiões etc. Torna-se, pois, necessário estudar as vantagens locacionais de cada uma das regiões para a atração de ramos produtivos de crescimento lento no nível nacional, bem como os fatores explicativos do desempenho favorável destes ramos em algumas regiões. (FOCHEZATTO; SOUZA; OLIVEIRA, 2005).

3.1 – Método Estrutural-Diferencial

O Método de Análise Estrutural-Diferencial gera informações relevantes para a organização de pesquisas adicionais de natureza teórica sobre problemas regionais específicos, como a análise dos ramos de atividade produtiva que tiveram uma variação diferencial negativa numa região, análise dos fatores explicativos para o desempenho diferencial de economias regionais, entre outros. Para o alcance de seu objetivo, o método divide o crescimento regional em três componentes: o componente nacional, o componente estrutural (ou proporcional) e o componente diferencial (ou competitivo). (DUNN JUNIOR, 1959; BEAUD, 1966).

O componente nacional demonstra a parte da evolução do produto ou do emprego de uma região devido apenas ao crescimento dessa mesma variável no país, no estado ou na economia de referência. Matematicamente, ele pode ser expresso da seguinte maneira:

$$EN = E_{ij}^0 (e - 1) \quad (01)$$

Em que E_{ij}^0 é o emprego ou produto do setor i na região j ; $e = E^1/E^0$ é o produto ou emprego total do país, estado, ou economia de referência do ano final sobre a mesma variável no período inicial.

O componente estrutural ou proporcional representa a parcela do crescimento do produto ou do emprego

obtida por uma região devido à sua estrutura produtiva. Deste modo, regiões que apresentam em sua estrutura produtiva setores considerados dinâmicos, ou seja, que mostram taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores na economia de referência, apresentarão um resultado positivo nesse componente. Já as regiões compostas principalmente de setores estagnados, com baixas taxas de crescimento, terão um resultado negativo advindo do componente estrutural. Esse componente pode ser obtido a partir da seguinte equação:

$$EE_{ij} = E_{ij}^0 (e_i - e) \quad (02)$$

Em que $e_i = E_i^1 / E_i^0$, que representa o produto ou emprego do setor i no ano final sobre a mesma variável no período inicial da análise.

O componente diferencial ou competitivo (EC) indica a parte do crescimento do produto ou do emprego regional gerada por vantagens locacionais que fazem com que determinados setores possam crescer mais rapidamente em determinada região do que em nível estadual ou nacional. Um efeito diferencial ou competitivo positivo em determinado setor produtivo de uma região mostra que esse apresenta uma taxa de crescimento superior nessa região do que no país ou no estado, o que pode estar associado a vantagens locacionais específicas. Matematicamente, esse componente pode ser obtido a partir da seguinte equação:

$$EC_{ij} = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (03)$$

Em que $e_{ij} = E_{ij}^1 / E_{ij}^0$, que representa o produto ou emprego do setor i na região j no ano final sobre a mesma variável no período inicial.

Somando os três componentes, tem-se o efeito total que, quando for superior ao efeito variação nacional, indica que a região é especializada em setores com taxas de crescimento acima da média em nível estadual ou nacional, ou que possui vantagens locacionais que garantem altas taxas até mesmo a setores que, no conjunto das regiões, encontram-se estagnados.

3.2 – Método Estrutural-Diferencial Modificado

Apesar de o método estrutural-diferencial ser consideravelmente utilizado como medida de

desempenho do crescimento econômico de regiões, apresenta algumas deficiências na sua formulação original. O modelo estrutural-diferencial básico, conforme Haddad et al. (1989), tem como um dos principais defeitos ou limitações dessa análise a não-consideração de mudanças na estrutura de emprego das regiões durante o período de análise, isto é, entre o ano-base e o ano final. Com o intuito de sanar essa limitação, houve evolução no cálculo do efeito estrutural, utilizando o pessoal ocupado no fim do período e não mais no início do período. (JAYET, 1993; LAMARCHE; SRINATH; RAY, 2003; FERRERA DE LIMA, 2006).

De acordo com Souza (2009), substituindo o emprego esperado pelo emprego efetivo, a equação do efeito diferencial Esteban-Marquillas (1972) procura eliminar da posição diferencial ou competitiva a influência estrutural. Se for utilizado o emprego homotético para calcular o efeito diferencial, este fica sem a influência do efeito proporcional, pois o coeficiente de especialização será igual a zero em todos os setores. O melhoramento consiste, portanto, no acréscimo do efeito alocação aos efeitos estrutural e diferencial, para analisar os componentes de crescimento de uma região. O *emprego homotético* consiste no volume de pessoal ocupado que o setor *i* da região *j* teria se a estrutura de emprego fosse igual à do país. A proposição de Esteban-Marquillas (1972) pode ser expressa por:

$$\hat{E}_{ij}^0 = E_j^0 (E_i^0 / E^0) \quad (04)$$

Em que:

\hat{E}_{ij}^0 = emprego homotético do setor *i* da região *j* no ano inicial;

E_j^0 = pessoal ocupado da região *j* no ano inicial;

E_i^0 = pessoal ocupado no setor *i* do país no ano inicial;

E^0 = pessoal ocupado do país no ano inicial.

O efeito alocação nada mais é do que a influência estrutural do dinamismo diferencial, ou ainda, a diferença entre o efeito diferencial tradicional e o efeito diferencial modificado. Ao se fazer uso do emprego homotético com o intuito de obter o efeito

diferencial ou competitivo, porém sem a influência do efeito proporcional, aquele pode ser obtido conforme demonstrado na equação abaixo:

$$EC'_{ij} = \hat{E}_{ij}^0 (e_{ij} - ei) \quad (05)$$

Agora, com a contribuição de Esteban-Marquillas (1972), complementando a análise do efeito diferencial, tem-se a inserção do efeito alocação, na análise do método, eliminando assim a influência estrutural originária da distribuição setorial do pessoal ocupado do ano inicial. A absorção do resíduo entre EC_{ij} e EC'_{ij} dar-se-á por:

$$A_{ij} = (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0) (e_{ij} - e_i) \quad (06)$$

Dessa forma, a variação líquida total (VLT) passaria a ser calculada com o somatório do efeito estrutural, efeito diferencial e efeito alocação. Partindo da formulação proposta por Esteban-Marquillas (1972) e inserindo a proposta de se utilizarem os números do empregado do final do período e não mais os números do emprego do período inicial, Herzog e Olsen (1979) desenvolveram as correções necessárias. Essas correções se dão com a reformulação do efeito alocação através da inserção da mudança do peso na composição do emprego no ano final. A partir dessa reformulação, o novo efeito alocação tem como componentes explicativos a composição do emprego no ano inicial, no ano final e suas respectivas taxas de crescimento, conforme evidenciado na equação seguinte:

$$A_{ij} = [(E_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^1) - (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0)] (e_{ij} - ei) \quad (07)$$

Com o acréscimo do componente $(E_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^1) (e_{ij} - ei)$ no efeito alocação proposto por Esteban-Marquillas (1972) e, ainda, mantendo-se a identidade do método estrutural-diferencial, o efeito diferencial ou competitivo (EC''_{ij}) será agora identificado por:

$$E_{ij}^0 (e_i - e) + \hat{E}_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) + (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0) (e_{ij} - e_i) = E_{ij}^0 (e_i - e) + EC''_{ij} + [(E_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^1) - (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0)] (e_{ij} - e_i)$$

De forma simplificada, reordenando os elementos da equação, porém mantendo a identidade do método, o efeito diferencial (EC''_{ij}), conforme Herzog e Olsen (1979), é expresso da seguinte maneira:

$$EC''_{ij} = (2 E_{ij}^0 - E_{ij}^1 + \hat{E}_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^0)(e_{ij} - e_j) \quad (08)$$

Agora, o cálculo da variação líquida total, tendo por base as correções sugeridas por Herzog e Olsen (1979), passa a ser obtido mantendo-se o efeito proporcional original, somado ao efeito diferencial modificado e, ainda, somado ao efeito alocação modificado. A variação líquida total, que evidencia o crescimento econômico autônomo da região, pode ser obtido com uso da seguinte equação:

$$VTL = EE_{ij} + EC''_{ij} + A_i \quad (09)$$

Com auxílio do Quadro 1, têm-se, de forma sumarizada, as diferentes definições que o efeito alocação pode obter mediante a consideração proposta por Herzog e Olsen (1979) ao método estrutural-diferencial. Vale destacar que a expressão numérica passa a não ter representatividade analítica e tão somente o sinal da expressão deve ser considerado.

O objeto de estudo são os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, os quais apresentam diferenças tanto locais, como no que diz respeito à estrutura produtiva. As variáveis investigadas são: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Emprego Formal, as quais são capazes de satisfazer os anseios da pesquisa, pela importância que apresentam no processo de crescimento e desenvolvimento econômico em cada um dos Estados. Os dados foram coletados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Para tanto, o método estrutural-diferencial e o método estrutural-diferencial modificado auxiliarão na aferição do desempenho apresentado pelos estados, bem como permitirão a identificação e classificação das diferenças regionais através da decomposição do crescimento regional.

4 – O PIB E O EMPREGO FORMAL NOS ESTADOS BRASILEIROS

A competitividade entre as empresas, em muitos setores, torna-se fator determinante. Sendo assim, cada vez mais, a competitividade e, portanto, o desenvolvimento de uma determinada região passam pelo necessário esforço doméstico da organização social para incrementar, de forma crescente, a produtividade. Ao contrário da lógica empresarial, cuja lucratividade e competitividade são os verdadeiros determinantes do crescimento da produtividade, no caso das regiões, é a produtividade que se transforma no verdadeiro e principal determinante da competitividade. (CASTELLS, 1999).

Entre 2000 e 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 4,98%. De acordo com a Tabela 1, percebe-se que esse número não foi mais significativo porque alguns

Definição	Componentes		Efeito Alocação
	Especialização	Vantagem Competitiva	
Desvantagem competitiva, especializada	+	-	-
Desvantagem competitiva, não-especializada	-	-	+
Vantagem competitiva, não-especializada	-	+	-
Vantagem competitiva, especializada	+	+	+

Quadro 1 – Diferentes Interpretações para o Conjunto do Efeito Alocação e Componentes Especialização e Vantagem Competitiva

Fonte: Herzog e Olsen (1979).

estados apresentarem um aumento pouco expressivo do seu PIB ou até mesmo negativo. O Estado do Rio de Janeiro, com um aumento médio anual de 2,16% de seu PIB, contribuiu significativamente para o baixo dinamismo do PIB. Apesar das diferentes magnitudes de crescimento do PIB, todas as unidades federativas apresentaram crescimento no período.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento Médio Anual (%) do Produto Interno Bruto e do Emprego nos Estados Brasileiros 2000-2007

ESTADOS	PIB	EMPREGO
Roraima	16,83	13,59
Amazonas	3,25	13,37
Tocantins	24,20	13,14
Amapá	9,21	12,44
Mato Grosso	11,60	11,59
Pará	7,30	10,51
Maranhão	14,18	9,94
Rondônia	7,66	9,43
Goiás	11,18	8,55
Espírito Santo	7,83	8,48
Rio Grande do Norte	6,75	8,29
Mato Grosso do Sul	4,62	8,23
Santa Catarina	6,36	8,22
Sergipe	9,36	7,95
Ceará	5,99	7,61
Bahia	4,04	7,37
Alagoas	6,73	7,13
Acre	13,58	7,10
Piauí	8,41	6,46
Minas Gerais	3,88	6,28
Paraná	6,50	6,27
Pernambuco	2,22	5,77
Paraíba	6,24	5,74
São Paulo	4,88	5,38
Rio de Janeiro	2,16	4,98
Rio Grande do Sul	2,23	4,01
Distrito Federal	10,66	2,34
BRASIL	4,98	6,20

Fonte: Ipeadata (2010).

No que diz respeito ao emprego formal, o Brasil no período analisado, apresentou uma taxa de crescimento médio anual correspondente a 6,2%. Com a abertura econômica verificada no findar da década de 1980, a economia passou a produzir, também, para o mercado externo, que contribuiu, juntamente com a estabilização da moeda – alcançada com a implantação do Plano Real, em 1994 – para o surgimento de novos postos de trabalho. Pode-se verificar, na Tabela 2, que o Estado de Roraima apresentou a melhor taxa média anual de crescimento do emprego formal, superior a

13%, porém, sua representatividade em nível nacional é menos significativa, pois corresponde a menos de 0,2% dos empregos formais do país, referente ao ano de 2007. Já o Estado de São Paulo, que mais uma vez apresentou um desempenho do emprego formal abaixo da média nacional, com crescimento médio anual no período inferior a 5,4%, contribuiu para que o crescimento médio anual do emprego formal no Brasil não se mostrasse mais expressivo, tendo em vista que esse estado, no ano de 2007, empregou aproximadamente 30% da mão de obra com carteira assinada no país.

5 – FATORES DE CRESCIMENTO DO PIB E DO EMPREGO NOS ESTADOS DO BRASIL

A partir da aplicação do método estrutural-diferencial e estrutural-diferencial modificado, serão aqui analisados os principais resultados obtidos para o produto e o emprego para os estados brasileiros, com o intuito de identificar as razões do desempenho de cada uma das regiões no período de estudo.

A Tabela 2 evidencia os resultados alcançados através do método estrutural-diferencial, para o produto de cada Estado brasileiro. O componente nacional (EN) mostra a parte da evolução do produto nos estados devido apenas ao crescimento dessa mesma variável no país, ou seja, 34,89%.

Os estados que apresentaram um resultado positivo no componente estrutural (EE) apresentam em sua estrutura produtiva setores considerados dinâmicos, ou seja, mostram taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores da economia nacional. Percebe-se que dezesseis estados brasileiros e o Distrito Federal apresentaram, no período analisado, taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores da economia nacional. Os estados que apresentaram esse componente de forma positiva são: Tocantins, Roraima, Maranhão, Acre, Mato Grosso, Sergipe, Amapá, Piauí, Espírito Santo, Rondônia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Ceará, São Paulo e Pernambuco.

No componente diferencial (EC), nota-se que, com exceção de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e

Tabela 2 – Fatores de Crescimento do Produto dos Estados Brasileiros, 2000-2007 (%)

ESTADOS	E N	E E	E C	ET
Tocantins	34,89	10,76	123,75	169,40
Roraima	34,89	27,01	55,93	117,83
Maranhão	34,89	6,44	57,91	99,24
Acre	34,89	17,01	43,18	95,07
Mato Grosso	34,89	2,24	44,10	81,23
Goiás	34,89	-0,67	44,06	78,28
Distrito Federal	34,89	30,35	9,38	74,62
Sergipe	34,89	2,13	28,53	65,55
Amapá	34,89	27,31	2,26	64,46
Piauí	34,89	8,54	15,45	58,88
Espírito Santo	34,89	2,11	17,80	54,80
Rondônia	34,89	5,55	13,18	53,62
Pará	34,89	-4,24	20,45	51,10
Rio Grande do Norte	34,89	1,44	10,96	47,28
Alagoas	34,89	6,93	5,29	47,11
Paraná	34,89	-5,21	15,84	45,52
Santa Catarina	34,89	-11,63	21,25	44,51
Paraíba	34,89	3,56	5,21	43,66
Ceará	34,89	2,77	4,23	41,90
São Paulo	34,89	0,56	-1,29	34,16
Mato Grosso do Sul	34,89	-1,75	-0,82	32,32
Bahia	34,89	-2,60	-4,03	28,27
Minas Gerais	34,89	-2,93	-4,80	27,16
Amazonas	34,89	-13,30	1,14	22,73
Rio Grande do Sul	34,89	-2,99	-16,28	15,63
Pernambuco	34,89	7,45	-26,83	15,51
Rio de Janeiro	34,89	-0,17	-19,58	15,14

Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de Dados do Ipeadata (2010).

Nota: EM - componente nacional; EE - componente estrutural; EC – componente diferencial ou competitivo e efeito total.

Rio de Janeiro, todos os demais estados brasileiros apresentaram um componente diferencial positivo.

Somando os três componentes, citados acima, tem-se o efeito total (ET) que, quando for superior ao efeito variação nacional, indica que o estado é especializado em setores com taxa de crescimento acima da média nacional, ou que possui vantagens locais que garantem altas taxas de crescimento até mesmo ao setor que, no conjunto do estado, encontra-se estagnado. As unidades federativas com essa característica são: Tocantins, Roraima, Maranhão, Acre, Mato Grosso, Goiás, Sergipe, Amapá, Piauí, Espírito Santo, Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Ceará e o Distrito Federal.

A Tabela 3 traz a variação líquida total (VTL) e seus componentes, alcançados através do método estrutural-diferencial modificado, para o produto, de cada estado brasileiro:

Pode-se perceber, com o auxílio da Tabela 3, que, para os estados do Mato Grosso, Maranhão, Espírito Santo, Tocantins, Sergipe, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Alagoas, Paraíba e Distrito Federal, os fatores proporcional e diferencial contribuíram conjuntamente para o aumento do produto gerado nesses estados, ou seja, o dinamismo da economia e o dinamismo local foram positivos nesses estados.

Tabela 3 – Efeito Proporcional, Competitivo, Alocação e Variação Líquida Total, do Produto, para os Estados Brasileiros

ESTADOS	EE _{ij}	EC _{ij} ”	A _{ij}	VTL
Distrito Federal	9526029,91	3246078,57	-303147,71	12468960,80
Goiás	-142846,42	9366595,27	52523,99	9276272,85
Paraná	-3419685,27	9077401,68	1317846,80	6975563,21
Mato Grosso	307189,71	4341019,59	1707533,58	6355742,88
Maranhão	600992,38	4524817,97	875883,88	6001694,23
Espírito Santo	426090,30	1483709,44	2108540,73	4018340,47
Santa Catarina	-4828523,83	7712112,85	1108861,92	3992450,94
Tocantins	260278,94	1803215,47	1191465,33	3254959,74
Pará	-806677,27	1807540,69	2085515,89	3086379,32
Sergipe	125242,95	1584565,95	91433,89	1801242,79
Ceará	570327,91	632235,60	238191,72	1440755,23
Piauí	449990,78	795010,92	19207,38	1264209,09
Rio Grande do Norte	129075,46	271528,03	713095,17	1113698,66
Rondônia	311042,48	165209,73	573238,30	1049490,51
Acre	291877,41	-1504343,60	2245421,95	1032955,72
Roraima	301678,00	515540,76	109114,58	926333,34
Alagoas	493350,14	236357,02	140002,16	869709,32
Paraíba	322349,73	258563,81	212839,15	793752,70
Amapá	616390,38	-69670,50	120648,05	667367,93
Mato Grosso do Sul	-208743,47	-401330,25	303731,15	-306342,57
Amazonas	-2435249,67	-971076,84	1180593,76	-2225732,76
São Paulo	2059678,28	-6083485,10	1341588,27	-2682218,50
Bahia	-1250292,95	-1960804,10	22279,19	-3188817,82
Pernambuco	2257132,64	-8365256,30	238303,26	-5869820,40
Minas Gerais	-3120166,06	-6001450,70	883622,00	-8237994,74
Rio Grande do Sul	-2607229,82	-14229102,00	13848,54	-16822482,90
Rio de Janeiro	-229302,65	-26413918,00	-413249,32	-27056470,00

Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de Dados do Ipeadata (2010).

Em alguns estados, de forma contrária, nem o dinamismo local e nem o dinamismo da economia contribuíram para o crescimento do seu produto. Esses estados “estáticos” são os de Mato Grosso do Sul, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

O Distrito Federal apresentou a maior variação líquida total (12.468.960,80), dentre todas as unidades federativas brasileiras. Esse ótimo desempenho é originário do dinamismo dos setores produtivos e dinamismo local. O Estado do Rio de Janeiro apresentou a menor variação líquida total

(-27.056.470,00), sendo essa negativa evidenciando que os setores produtivos locais cresceram mais lentamente que a média do país.

Destaque merecido deve ser dado aos estados do Mato Grosso, Maranhão, Espírito Santo, Tocantins, Sergipe, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Alagoas e Paraíba, por apresentarem vantagem competitiva e especializada, na análise da variável produto.

A Tabela 4 mostra os fatores de crescimento do emprego formal, por estado, através do modelo estrutural-diferencial.

Com relação aos empregos formais dos estados brasileiros, o componente nacional, que evidencia a parte da evolução do emprego formal nos estados devido apenas ao crescimento dessa mesma variável no país, atingiu a casa dos 43,39%.

Já o componente estrutural mostra que os estados que apresentaram um resultado positivo nesse componente são: Roraima, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe, Ceará, Acre, Piauí, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Analisando o componente diferencial, percebe-se que os estados que apresentaram o fator local como contributivo para o crescimento econômico no período

são: Roraima, Amazonas, Tocantins, Amapá, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rondônia, Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Ceará, Bahia, Alagoas, Acre, Piauí, Minas Gerais e Paraná.

Nota-se que os estados de Roraima, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe, Ceará, Acre e Piauí apresentaram tanto o componente estrutural como o diferencial de forma contributiva para o crescimento econômico local. Esses estados, na sua maioria das regiões Norte e Nordeste do Brasil, foram, nos últimos anos, responsáveis por atrair importantes parcelas de investimentos decorrentes de projetos privados e públicos.

Tabela 4 – Fatores de Crescimento do Emprego Formal dos Estados Brasileiros, 2000-2007 (%)

ESTADOS	EN	EE	EC	ET
Roraima	43,39	0,27	51,47	95,13
Amazonas	43,39	0,53	49,66	93,58
Tocantins	43,39	-0,25	48,86	92,00
Amapá	43,39	0,58	43,12	87,09
Mato Grosso	43,39	-1,13	38,88	81,15
Pará	43,39	0,17	30,03	73,59
Maranhão	43,39	0,25	25,93	69,58
Rondônia	43,39	0,23	22,37	66,00
Goiás	43,39	-0,40	16,89	59,88
Espírito Santo	43,39	-0,19	16,13	59,33
Rio Grande do Norte	43,39	-0,18	14,79	58,00
Mato Grosso do Sul	43,39	-1,62	15,81	57,59
Santa Catarina	43,39	0,39	13,73	57,51
Sergipe	43,39	0,00	12,24	55,63
Ceará	43,39	0,40	9,50	53,29
Bahia	43,39	-0,19	8,37	51,58
Alagoas	43,39	-0,44	6,92	49,88
Acre	43,39	0,08	6,26	49,73
Piauí	43,39	0,27	1,59	45,25
Minas Gerais	43,39	-0,47	1,05	43,98
Paraná	43,39	-0,13	0,62	43,88
Pernambuco	43,39	-0,16	-2,84	40,39
Paraíba	43,39	0,03	-3,22	40,20
São Paulo	43,39	0,08	-5,83	37,64
Rio de Janeiro	43,39	0,38	-8,89	34,88
Rio Grande do Sul	43,39	0,16	-15,45	28,10
Distrito Federal	43,39	0,29	-27,30	16,39

Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de Dados de Brasil (2010).

Nota: EM - componente nacional; EE - componente estrutural; EC - componente diferencial ou competitivo, efeito total.

Por fim, somando os três componentes, têm-se o efeito total que, quando for superior ao efeito variação nacional, indica que o estado é especializado em setores com taxa de crescimento, do emprego, acima da média nacional ou, ainda, que possui vantagens locais que garantem altas taxas de crescimento do emprego até mesmo aos setores que, no conjunto do estado, encontram-se estagnados. Os estados que apresentaram essa característica são: Roraima, Amazonas, Tocantins, Amapá, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rondônia, Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina,

Sergipe, Ceará, Bahia, Alagoas, Acre, Piauí, Minas Gerais e Paraná.

Na Tabela 5, tem-se Variação Líquida Total (VTL), bem como seus componentes, alcançada através do método estrutural-diferencial modificado, para o emprego, de cada estado brasileiro:

Com a Tabela 5, percebe-se que, para os estados de Santa Catarina, Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Rondônia, Amapá, Roraima e Piauí, os fatores proporcional e diferencial contribuíram conjuntamente para o aumento do emprego, com carteira assinada,

Tabela 5 – Efeito Proporcional, Competitivo, Alocação e Variação Líquida Total, do Emprego, para os Estados Brasileiros

ESTADOS	EEij	ECij"	Aij	VTL
Santa Catarina	4256,41	153447,41	-5499,40	152204,42
Pará	767,70	109618,29	28123,21	138509,20
Amazonas	1310,94	117803,73	6038,57	125153,24
Mato Grosso	-3556,14	111039,56	11657,78	119141,20
Goiás	-2659,65	110264,67	1840,55	109445,57
Bahia	-2184,83	101566,78	-2966,91	96415,03
Espirito Santo	-905,66	74598,23	1492,26	75184,83
Maranhão	710,18	55264,40	18592,84	74567,42
Ceará	2798,20	60185,04	5437,01	68420,26
Tocantins	-268,47	45963,84	5850,14	51545,51
Rio Grande do Norte	-579,65	46580,76	79,53	46080,63
Mato Grosso do Sul	-4843,68	46630,80	741,44	42528,56
Rondônia	346,65	27796,00	5288,00	33430,65
Sergipe	-8,34	25644,57	-426,37	25209,86
Amapá	276,43	3321,63	17166,96	20765,02
Alagoas	-1197,80	7283,10	11561,49	17646,79
Minas Gerais	-13235,67	29963,79	-392,55	16335,57
Roraima	62,44	12769,99	-704,52	12127,91
Paraná	-2177,42	-2517,51	12811,82	8116,89
Acre	47,45	4612,13	-762,45	3897,13
Piauí	551,24	-1110,91	4390,56	3830,89
Paraíba	97,83	-11502,15	593,83	-10810,50
Pernambuco	-1395,45	-26403,22	1290,36	-26508,30
Distrito Federal	2386,56	-218606,93	-2928,48	-219148,85
Rio de Janeiro	10242,86	-245034,70	3353,86	-231437,99
Rio Grande do Sul	3007,38	-291893,59	-694,97	-289581,18
São Paulo	6150,49	-468637,85	-582,39	-463069,75

Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de dados de Brasil (2010).

gerado nesses estados, ou seja, o dinamismo da economia e o dinamismo local foram positivos para o aumento do emprego. Em dois estados, contrariamente, o dinamismo local e o dinamismo da economia (setores) não contribuíram para o crescimento do emprego, sendo esses estados o Paraná e Pernambuco.

O Estado de Santa Catarina mostrou a maior variação líquida total do emprego (152.204,42) dentre todos os estados brasileiros, sendo esse ótimo desempenho originário do dinamismo dos setores produtivos e, também, do dinamismo local.

O Estado de São Paulo, dentre todos os estados, foi o que apresentou a menor variação líquida total do emprego no país (-463.069,75), sendo essa negativa evidenciando que os setores produtivos locais cresceram mais lentamente que a média do país, empregando menos.

Há de se destacarem os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará e Amapá, por apresentarem vantagem competitiva e especializada na análise da variável emprego formal.

Percebem-se, portanto, características distintas, que ocasionam o crescimento do produto e do emprego no país. Devido à estrutura produtiva local, de cada Estado, resultados positivos agregados nacionalmente não podem ser comemorados em todos os estados e, inversamente, o desempenho irrisório de indicadores de produto e emprego também não pode ser generalizado para todas as unidades da federação.

6 – CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar as variáveis emprego e produto, que condicionam o crescimento de uma região, utilizando-se do método estrutural-diferencial e estrutural-diferencial modificado. Assim, esse método permitiu identificar as razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente que outras em um mesmo período e se essa *performance* está condicionada ao desempenho da economia nacional, à estrutura produtiva local ou à presença de vantagens locais específicas que dão dinamismo à região.

Os resultados da análise estrutural-diferencial para o produto e para o emprego apresentam padrões, nas economias estaduais/regionais, muito similares. Ora no PIB ora no emprego, o efeito total é maior em estados das regiões Norte e Centro-Oeste, com alguma variação, que são regiões de fronteira agrícola-mineral. O efeito total (no PIB e no Emprego) é menos expressivo em economias estaduais muito consolidadas e que já passam por uma secular trajetória de baixo dinamismo, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O efeito total (PIB e emprego) foi intermediário para economias de renda média-alta, como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal.

Os efeitos advindos das vantagens locais (EC), para PIB e Emprego, são sempre mais fortes que os efeitos estruturais advindos da existência de setores dinâmicos. As vantagens locais são positivamente mais relevantes em economias estaduais de fronteira agrícola-mineral no Norte e Centro-Oeste. As vantagens locais são negativamente mais relevantes que o efeito-estrutural em economias mais ricas, como São Paulo e Distrito Federal, e/ou mais consolidadas historicamente, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Não há casos em que o efeito estrutural tem ascendência muito relevante sobre as vantagens locais.

As economias de São Paulo e dos demais estados do Sudeste não apresentaram efeitos estruturais significativamente mais relevantes do que as demais regiões brasileiras. Tal fato está associado à tendência de saturação de boa parte do espaço produtivo, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, iniciada na década de 1970 e, complementarmente, com a instituição das demais regiões metropolitanas federais. Por outro lado, pode-se afirmar que, nas economias de mais baixo PIB *per capita*, em áreas de fronteira agrícola e mineral, há uma dinâmica econômica e do emprego no período recente muito apreciável.

Com regiões ricas e consolidadas apresentando *baixo* dinamismo e com as de baixo PIB *per capita* e de fronteira com *alto* dinamismo, os resultados da pesquisa apontam para padrões estruturais permissivos de uma trajetória benigna de redução das disparidades regionais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem as valiosas contribuições dadas pelo consultor da Revista Econômica do Nordeste (REN).

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the sources of product and employment regional growth in the Brazilian states from 2000 to 2007. It uses the Structural-Differential and the modified Structural-Differential methods. The first one identifies three important factors of the growth: the national component, the structural component, and the competitive component; and the second method adds the allocation effect. The results show that there are huge differences in economic growth and employment among the Brazilian states. There was, however, convergences between the average of economic growth with the national economy, these differences decrease. Regarding the product growth factors of the states, a low relationship with the productive structure has been noticed, and the competitive component stood out. Regarding the formal employment growth, the structural component, as well as the competitive component, presented positive results, pointing out that the states have created work places in relation to the internal dynamic of its economy as well as the national economy..

KEY WORDS

Regional Economy. Regional Growth. Brazilian Economy. Regional Development.

REFERÊNCIAS

BEAUD, M. Analyse régionale-structurale et planification régionale. **Revue Économique**, v. 17, p. 55-91, 1966.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**: tabela do emprego formal por estado brasileiro. Brasília, DF, [200-]. Disponível em: <www.rais.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2010.

CASTELLS, M. A. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUNN JUNIOR, E. Une technique statistique et analytique de l'analyse régionale, description et projection. **Revue Économie Appliquée**, n. 4, p. 521-534, 1959.

ESTEBAN-MARQUILLAS, J. M. A reinterpretation of shift-share analysis. **Regional and Urban Economics**, v. 2, n. 3, p. 249-55, 1972.

FERRERA DE LIMA, J. F. A concepção do espaço econômico polarizado. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 7-13, 2003.

FERRERA DE LIMA, J. **Méthode d'analyse régionale**: indicateurs de localisation, de structuration et de changement spatial. Québec: GRIR, 2006.

_____. Notes sur les poles de croissance et les stratégies territoriales au Québec. **Canadian Journal of Regional Science**, Montreal, n. 28, v. 1, p. 161-171. 2005.

FOCHEZATTO, A.; SOUZA, F. L. de; OLIVEIRA, F. A. L. de. Crescimento regional no Rio Grande do Sul: uma análise Estrutural-Diferencial, 1999/2000. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 21, p. 7-30, jan./jun. 2005.

FURTADO, C. O processo histórico de desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, L. L.; REGO, J. **A grande esperança em Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

HADDAD, P. R. et al. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**: estudo de cluster. Brasília, DF: CNPQ, 1999.

HADDAD, P. R. et al. **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1989.

HERZOG, H. W.; OLSEN, R. J. Shift-share analysis revisited: de allocation affect and the stability of regional structure, a reply. **Journal of Regional Science**, v. 19, n. 3, p. 393-395, 1979.

HIRSCHMANN, A. **A propensity to self-subversion**. Massachussets: Harvard University Press, 1996.

IBGE. **Tabela do PIB por estado brasileiro**.

Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2010.

IPEADATA. **Dados regionais**. Disponível em: <www.ipeadata.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2010.

ISARD, W. **Méthodes d'analyse régionale**. Paris: Dunod, 1972. V. 1: Équilibre économique.

JAYET, H. **Analyse spatiale quantitative: une introduction**. Paris: Economica, 1993.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, Washington, DC, n. 99, p. 483-499, 1991.

LAMARCHE, R.; SRINATH, K.; RAY, D. M. Correct partitioning of regional growth rates: improvements in shift-share theory. **Canadian Journal of Regional Science**, Montréal, v. 36, n. 1, p. 121-141, 2003.

MARSHALL, A. **Principles of economics**. 8. ed. London: Macmillan and Company, 1938.

PEQUEUR, B.; COURLET, C. Systèmes productifs localisés et développement: le cas des économies émergentes et en transition. In: PROULX, M-U. (Org.). **Territoires et développement économique**. Montréal: Éditions L'Harmattan, 1998. p. 49-66.

PEREIRA, A. S.; CAMPANILE, N. O método estrutural-diferencial modificado: uma aplicação

para o Estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. **Revista Cepeac**, Passo Fundo, v. 7, n. 13, 1999.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCWHATZMANN, J. (Org.). **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 145-156.

_____. **Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1982.

SANTOS, M. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STIWELL, F. J. B. Regional growth and structural adaptation. **Urban Studies**, v. 6, p. 162-178, 1969.

Recebido para publicação em 10.04.2010.

